

A Valorização Económica da Inovação Tecnológica: Oportunidade para o Crescimento Económico

É comum a imagem de Portugal como país pouco dado à inovação tecnológica. Ao contrário de países como a Finlândia ou a Irlanda, com trajectórias de “industrialização tardia” semelhantes às nossas, Portugal não se tem afirmado nas novas tecnologias. Não há em Portugal o equivalente a uma Nokia e não se vislumbram no nosso país os grandes investimentos feitos por multinacionais de alta tecnologia que privilegiaram a Irlanda. Na prática, Portugal tem sido pouco mais que um mero espectador da revolução das novas tecnologias, pelo que a percepção de um Portugal não inovador não admira. Esta percepção é, aliás, acentuada pelas estatísticas. Apesar de evoluções positivas nos últimos anos, Portugal continua a ter das mais baixas proporções de despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no produto interno bruto (PIB) entre os países da OCDE.

Ao mesmo tempo que as taxas de crescimento da economia portuguesa permanecem abaixo das previsões, estudos sobre a capacidade de inovação dos países continuam a encontrar correlações positivas entre esta e a *performance* macroeconómica, em particular no que se refere à capacidade de integração de actividades de I&D nas empresas. De facto, à medida que se reforça a percepção de que está a ocorrer uma transição de uma economia baseada na escala para uma economia baseada no conhecimento, a inovação surge como uma prioridade com cada vez maior relevância, tanto nas políticas públicas como na estratégia das empresas.

A estratégia comunitária estabelecida em Lisboa (2000) e Barcelona (2002) aponta para uma meta de 3% para a fracção do investimento total em I&D no PIB. A interpretação desta estratégia sob o ponto de vista do investimento público dificilmente poderá ser o impulso da desejada evolução futura, dado o desequilíbrio das finanças públicas. Cabe portanto ao sector privado constituir-se como o motor da valorização económica da I&D, sem a qual Portugal dificilmente poderá ambicionar de forma realista a desejada convergência com os níveis de desenvolvimento da UE, para não falar dos EUA. Afigura-se-nos que este processo deverá assumir primordialmente duas formas: o emprego de cientistas por empresas e a criação de novas empresas de base tecnológica.

Uma das formas primordiais para o crescimento da despesa em I&D nas empresas é o emprego científico. Apenas uma pequena percentagem de doutores desenvolve a sua actividade em empresas, sendo de realçar alguns casos de sucesso de novas empresas de base tecnológica criadas por jovens doutorados, em particular nas áreas de tecnologias da informação, biotecnologia, nanotecnologias e tecnologias espaciais. É justamente esta criação de novas empresas por cientistas que se pode constituir como um segundo vector de valorização económica da I&D. De facto, seja por desatenção, seja por seguirem trajectórias tecnológicas desfazadas daquelas que se desenvolvem nas universidades, as empresas são incapazes de aproveitar muitas ideias inovadoras com aplicação empresarial que têm origem em cientistas. A valorização destas ideias no mercado só pode surgir por via do chamado “empreendedorismo científico”.

Mais do que nunca, face às restrições que sofre, o Estado deve gastar criteriosamente na área da ciência e tecnologia. Os incentivos à despesa privada em I&D, nomeadamente no que se refere ao emprego científico e à criação de novas empresas de base tecnológica são duas formas pouco exploradas que poderão contribuir para aproximar Portugal dos níveis de despesa em I&D preconizados pela política comunitária.

Rui Baptista

Professor Associado do Instituto Superior Técnico

Coordenador do Laboratório de Política Tecnológica e Gestão da Inovação do
Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, IN+